



O inferno são os outros

» JORGE FONTOURA
Professor e advogado

Com crises migratórias sempre mais graves, abalar governos e contaminar relações internacionais, o caos de refugiados revive o drama bíblico dos povos errantes, sobre mares, muros e continentes, como se a história tivesse regredido a tempos imemoriais. Até por instinto, são milhões a fugir de suas tragédias de medo e de pobreza, a qualquer preço, para longe de mazelas políticas, econômicas e ambientais. Só por eventos climáticos, são mais de 22 milhões de refugiados, sem que a sociedade internacional possa atuar, tanto pelo imobilismo da Organização das Nações Unidas (ONU) quanto por elevados custos e espaços de poder que a questão suscita. Afinal, quando todos são responsáveis, ninguém é responsável.

Se desde a construção de fronteiras, o Estado atuou com poderes absolutos na admissão de estrangeiros, no pós Segunda Guerra o direito internacional limitou arbítrios e criou obrigações. À legislação draconiana de defesa nacional sobreveio tratamento humanitário, a reconhecer o valor de imigrantes, até como atores da construção de formidáveis democracias contemporâneas.

A redação da norma brasileira sobre estrangeiros do Estado Novo, Decreto-Lei nº 408, de 1938, retrata, como radiografia de época, a notória hostilidade: "... não será admitida a entrada de estrangeiros de um ou outro sexo, aleijados, inválidos, mutilados, cegos, surdos mudos, indigentes, vagabundos ciganos e congêneres". Se hoje as normas são mais evoluídas, é importante destacar que a tutela efetiva apenas se dá a refugiados políticos, vale dizer, os que buscam asilo ou refúgio porque estão ameaçados, como desafetos do poder de turno, sem garantias de integridade. Nesses casos, o direito obriga a recepção e a proteção, como direito internacional, incorporado por democracias modernas, até pela percepção de que protegidos de hoje são fatais governantes de amanhã em seus países, no inelutável pêndulo que permeia o processo histórico.

Se podemos considerar tais migrações como legais, em classificação fácil, resta a questão lancinante de como lidar com as então ilegais, de fugitivos anônimos de penúrias econômicas, de estados falidos, ou fugitivos miseráveis a escapar de tragédias sem fim. Como bem lembra o recém-eleito diretor-geral da Organização Internacional



das Migrações (OIM), o português Antônio Vitorino, não há como obrigar estados a receber imigrantes econômicos, como os wetbacks, "costas molhadas", para usar a expressão destinada a latino-americanos clandestinos que, desde sempre, invadiram a fronteira do Texas, pelas águas do Rio Grande.

Agora, na polêmica administração Trump, a questão recrudescer, embora todos os estados possam, sem condicionantes de direito internacional, admitir ou não estrangeiros, salvaguardas as cautelas humanitárias. Claro que a avalanche de indocumentados, com a lancinante separação de famílias, poderia de fato ser enfrentada de forma consequente somente com cooperação, com óbvios projetos de desenvolvimento nos países de origem; e, a curto prazo, nos países de trânsito e águas internacionais, com repressão brutal a coyotes, como questão de estado, não como questão de polícia. Como os piratas da antiguidade, intermediários de seres humanos só podem

ser enfrentados com vontade solidária de ações multilaterais. Assim como ocorreu com a Convenção das Nações Unidas sobre refugiados, de 1951, que transformou meros deveres morais em obrigações jurídicas irrefutáveis, nada se pode sem a atuação coordenada da coletividade internacional.

A discricionariedade estatal na matéria agrava a questão, a paralisar a razão e semear conflitos entre aliados, como na União Europeia. Enquanto Bruxelas debate, parece realizar-se o vaticínio do poeta-presidente senegalês dos anos de 1960, Leopold Senghor, que previu em versos alegóricos, que os africanos, premiados pela miséria e pelo abandono, um dia iriam levantar-se de suas chagas e em multidões caminhar sobre os mares, de volta aos braços da Europa, a mãe descuidada e injusta colonizadora. Quase como nas cenas que temos assistido no Mar Mediterrâneo, nas flotilhas de imigrantes maltrapilhos, naufragos da consciência civilizada da humanidade, já incontáveis mortos insepultos, sem nome e sem razão.

Um novo Minha Casa, Minha Vida

» ALEXANDRE BALDY
Ministro das Cidades

O Ministério das Cidades restabeleceu a confiança com a sociedade. Retomou obras, desburocratizou processos, otimizou entregas e ampliou o número de contratações no Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Estas ações coordenadas cumprem o objetivo de implementar uma agenda positiva na área habitacional e tornar real o sonho de milhões: morar bem. Para nós, é essencial honrar compromissos e estabelecer metas, com planejamento e parceiras. Hoje, no âmbito do Programa MCMV, a prioridade é a retomada das obras.

No início da gestão, identificamos cerca de 90 mil unidades habitacionais com obras paralisadas. Autorizamos a retomada da construção de 60 mil unidades em 159 empreendimentos. Entregamos, até março deste ano, cerca de 150 mil novas moradias em todo o país e contratamos outras 165 mil. A média é de mil unidades habitacionais entregues diariamente. Trabalhamos para atingir, até o fim de 2018, a meta de contratação de 700 mil novas unidades habitacionais em todas as faixas do Minha Casa, Minha Vida. Ao retomarmos as obras, contribuimos para o aquecimento da economia, com a geração de emprego e renda. A expectativa é de que mais de 1,5 milhão de novos postos de trabalho sejam criados com as contratações deste ano.

Se antes construtoras estavam ameaçadas de fechar e o desemprego era uma

constante, atualmente temos pagamentos em dia, credibilidade, retomadas e investimentos. O impacto na construção civil é concreto. Em 2017, se as comercializações de imóveis evoluíram, ao todo, 6,1% no país, as comercializações do MCMV subiram 28,1%. O fato é de que o Brasil se tornou rapidamente urbano. Estima-se que 88,4% da população se concentram nas cidades.

O Minha Casa, Minha Vida se aperfeiçoou, está revigorado, alicerçado em ações que visam a justiça social, a partir de um viés humanitário. Além das metas relacionadas ao déficit habitacional, a qualidade de vidas dos cidadãos permeia todas as nossas ações. Sabemos como é importante para uma família ter a sua casa, ter uma moradia digna. Não adianta construir um conjunto habitacional distante de tudo, sem uma infraestrutura mínima e equipamentos sociais: longe de escolas, hospitais, bancos, creches e espaços de lazer. Também é preciso prover iluminação, sistema de esgoto sanitário, água tratada e pavimentação.

Por meio da humanização dos empreendimentos é que acontece a melhoria da inserção urbana. Esse novo MCMV foi concebido em consonância com as necessidades daqueles que, infelizmente, ainda não têm onde morar, que vivem de aluguel ou de favor. No cenário macroeconômico, centramos nossas ações na implementação de

medidas como a ampliação do crédito. No Congresso Nacional, consideramos prioritária a aprovação do projeto que cria novas regras para a devolução de imóveis comprados na planta — medida essencial para garantir a recuperação da construção civil.

Vivemos um momento de reconstrução econômica. A segurança jurídica dos contratos, entre aquele que executa a obra e o comprador, é fundamental. Entendemos que o Minha Casa, Minha Vida é de todos. Não se trata apenas de um programa habitacional. É um programa social. Nesse sentido, formamos um grupo de trabalho interministerial, com a participação dos Ministérios do Planejamento e Fazenda, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco Central e entidades representativas do setor produtivo, como a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) para debater novas propostas, aperfeiçoar o MCMV e continuar inovando na política habitacional. O Ministério das Cidades acredita que esses avanços proporcionam mais transparência aos processos e isonomia de tratamento. A criação do grupo de trabalho é a concretização do nosso entendimento de que pensar grande é pensar em conjunto. Somos protagonistas da construção de sonhos. Somos parte dessas entregas e este é, sem dúvida, nosso maior legado.



ARI CUNHA

DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

aricunha@dabr.com.br
com Circe Cunha // circecunha.dfgdabr.com.br

Depressão, o mal do século 21

Considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como o país mais deprimido de toda a América Latina, o Brasil ocupa o quinto lugar no ranking mundial. Não é pouca coisa. Ao todo, são mais de 11 milhões de brasileiros que sofrem com os sintomas da depressão, isso contando apenas com os números registrados oficialmente nos centros de saúde.

Segundo a OMS, até 2020 a depressão será o transtorno mental afetivo mais incapacitante, podendo atingir mais de 320 milhões de pessoas em todo o mundo, ou 4,4% da população da Terra. Nesse ranking assustador, o Distrito Federal aparece com 6,2% das pessoas, com mais de 18 anos, diagnosticadas com esse distúrbio. São números que mostram a capital entre os primeiros lugares quando o assunto é depressão.

As causas internas da doença, assim como as externas, são difusas e ainda pouco compreendidas. O que se sabe é que há maior prevalência na faixa etária entre 55 e 74 anos, apesar de que os pesquisadores detectarem esse mal em todas as faixas etárias da população. Estudos ainda inconclusivos mostram que fatores como a pobreza, desemprego, morte de pessoas queridas, rupturas de relacionamentos, doenças, uso de álcool e de drogas induzem o aparecimento e a instalação progressiva e lenta de quadros de depressão.

Em tempos de Lava-Jato e de tantos noticiários de escândalos, envolvendo as classes dirigentes, com um contingente de mais de 14 milhões de desempregados, com o aumento dos casos de violência, com a deterioração nos serviços de saúde pública, educação, seguridade social e outros fatores extremamente negativos, como a falta de perspectivas, não surpreende que os brasileiros e os brasilienses, em especial, venham apresentado quadros crescentes de depressão.

Nesse sentido, movimentos que pregam a liberalização do consumo de drogas, mesmo vindos de autoridades, encontra nesse quadro apresentado pela OMS um potente opositor. Para os estudiosos do problema, a liberação no consumo de drogas, como elemento de contenção do tráfico e da violência decorrente, poderá elevar, em muito, o número de brasileiros com quadros de depressão, aumentando também os casos de esquizofrenia, outra enfermidade mental até mais danosa.

Outro fator externo que também tem chamado a atenção dos pesquisadores é que o aumento populacional, a escassez de alimentos e água são elementos a se contar no aumento dos casos de depressão. As grandes migrações em âmbito mundial, desestruturando países, o aumento dos conflitos mundiais e mesmo as rápidas mudanças climáticas também são concorrem para o crescimento do número de pessoas com depressão.

Curioso notar que essas catástrofes mundiais não afetam com depressão apenas as pessoas diretamente envolvidas, mas chegam a atingir indivíduos distantes a milhares de quilômetros das áreas dos episódios. Por meio das redes sociais, os eventos nefastos são veiculados a todo o momento e chegam ao cidadão, em qualquer lugar do planeta, fazendo com que ele seja parte integrante da grande parcela da humanidade que sofre de depressão neste início do século 21.

» A frase que foi pronunciada:

“Cada pessoa é um abismo. Dá vertigem olhar dentro delas.”

Sigmund Freud

Estudos

» Reclamações da falta de clareza nos conteúdos constantes na Base Nacional Comum Curricular de Ensino Médio levaram o Ministério da Educação a detalhar o documento. O ministro Rossieli Soares da Silva acompanha a equipe nesse trabalho.

Maquiagem

» Por falar em educação, o GDF precisa rever os objetivos do EJA. Alunos agregam muito pouco depois de cinco anos de estudos. Apesar dos bons professores, a falta de base educacional prejudica o progresso. A forma estapafúrdia de aprovação é uma maquiagem nesse quadro obscuro.

Os normais

» Enquanto a juíza de direito Tereza Cristina Cota, de Varginha (MG), garantiu a troca de nome da Jennifer para Natan, uma mulher que queria substituir o sobrenome Pinto por Pereira, que também é um

nome paterno, teve o pedido negado. O desembargador João Batista Vilhena entendeu que a ordem íntima no caso não justifica a mudança.

Jornada

» O senador Cristóvam e equipe não estão de recesso no Senado. Pelo contrário. Com a agenda cheia, o senador aproveita a temporada para receber visitantes e articular a campanha.

Opinião diferente

» “A saúde não é mercadoria. Vida não é negócio. Dignidade não é lucro. Direitos conquistados não podem ser retrocedidos sequer instabilizados.” E prejuízo é dignidade? Como os empresários vão garantir mais empregos e mais investimentos sem lucro? Ai, sim, não criarão um ambiente propício à dignidade de seus colaboradores. O Estado não produz \$\$ como pensa a presidente do STF. Quem produz é a sociedade”, diz a carta do leitor Helzio Mascarenhas.

» História de Brasília

O ministro da Educação está estudando a transferência de diversos órgãos para Brasília, dependendo apenas do problema de apartamentos. (Publicado em 26/10/1961)